

REIVINDICAÇÕES PARA A DATA-BASE

Em reunião de docentes da Unicamp, realizada no último dia 24/03, foi aprovada - com endosso da Diretoria da Adunicamp - nossa pauta de reivindicações para a Data-base, em maio próximo, reproduzida abaixo. A Adunicamp deverá levá-la à próxima reunião do Fórum das Seis Entidades, no dia 30/03, onde as entidades representativas de docentes e funcionários da Unicamp, Usp e Unesp buscarão formular uma pauta unificada.

I - SALÁRIOS

a) Reajuste de Maio

- Reajuste para retornar a maio/93 pelo ICV do Dieese mais reposição de 20%, como recuperação parcial de perdas anteriores;

b) Política Salarial

- Reajuste mensal de salário (com correção da inflação até o dia do efetivo pagamento), qualquer que seja a moeda corrente;

- Definição de uma política salarial até abril/95, com as seguintes características:

1. Reposição de perdas passadas tendo janeiro/89 como referência;
2. Reunião em novembro/94 para avaliação e negociação de recuperação de perdas salariais.

c) Dotação Orçamentária

- Aumento da dotação orçamentária das universidades públicas paulistas para 11% do ICMS e 30% para

ensino fundamental e médio que garanta tanto a política salarial reivindicada, quanto níveis adequados de verbas para custeio e investimento;

- Repasses extra-orçamentários sempre que necessário para efetivar a política de reposição salarial;

- Combate mais intenso à sonegação e à evasão fiscal.

d) Outros

- Pagamento de 40% do salário até o dia 20 do mês trabalhado;

- Pagamento em julho ou mês de férias, de 50% do salário do referido mês como antecipação do 13º salário;

- Pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período;

- Implantação do anuênio em substituição ao quinquênio.

II - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Regularização da situação contratual;

- Retomada da contratação de docentes e funcionários, com incidência direta nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;

- Preservação do emprego com realocação e política de treinamento do quadro funcional das universidades.

III - SAÚDE

- Formação de comissão paritária (docentes, funcionários, alunos, CRUESP e Governo Estadual) para estudos das condições de atendimento à saúde e de

integração efetiva dos serviços, sob a responsabilidade das universidades, ao SUS.

IV - TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E ADMINISTRATIVA

- Completa transparência, com publicação mensal de balancetes, que expliquem todas as receitas e despesas de cada uma das três universidades, incluídas todas as Fundações de direito público e privado vinculadas às Universidades e suas Unidades.

- Divulgação, num prazo de 30/60 dias, da relação de todos os servidores, professores e funcionários das Universidades, comissionados fora delas, em que condições, períodos e órgãos, e de comissionados externos na Universidade.

O CONGRESSO E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

A Adunicamp remeteu aos membros do Congresso Nacional a moção abaixo, referente à revisão Constitucional.

A moção foi motivada pela atuação do Congresso, exemplificada nas seguintes deliberações recentes. O Congresso votou o aumento do imposto de renda para pessoas físicas, mas não para pessoas jurídicas. Aprovou o arrocho de salários do plano FHC2 para os trabalhadores, mas tentou aumentar os salários dos parlamentares, iniciando uma crise Constitucional. Votou uma lei eleitoral legalizando a influência do poder econômico, e garantindo o sigilo das empresas que financiarem candidatos. Negou quórum para a votação da fidelidade partidária, mantendo a atual liberalidade para com a troca de partidos pelos parlamentares.

A natureza do atual Congresso, refletida nestas deliberações, pode ser decorrência do momento em que o Congresso foi eleito, no início do governo Collor, que marcou o apogeu, ao mes-

mo tempo, do discurso liberal-conservador, e das práticas políticas mais demagógicas e cínicas.

Independente de suas causas, este comportamento não permite que tenhamos esperanças sobre a qualidade da Constituição revisada pelo presente Congresso, o que é duplamente ruim: pela má qualidade da Constituição revisada, em si, e pelo decorrente desprestígio da Constituição enquanto norma máxima da vida democrática.

Torna-se prudente o adiamento da revisão dos temas mais relevantes e polêmicos para o próximo Congresso, principalmente para permitir a discussão de tais temas no período eleitoral.

A moção, aprovada pela diretoria e pela assembléia de 24/03, evita qualquer teor crítico ao Congresso para se concentrar na questão substantiva, o adiamento do processo revisional.

MOÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL

Temos vivenciado nos últimos meses um esforço do Congresso Nacional em iniciar e dar continuidade ao processo de revisão constitucional em meio ao complexo período por que passa a sociedade brasileira desde as denúncias que motivaram o impeachment do ex-presidente Collor.

Esta persistência pela revisão tem se dado com o comprometimento de outras atividades essenciais do Congresso. Assim a revisão apressou o término da CPI do Orçamento, que os próprios Presidente e Relator consideraram incompleta. Contribuiu para postergar a votação do projeto impedindo que a renúncia dos parlamentares acusados se transformasse em manobra para evitar punições políticas. Está postergando também a CPI das Empreiteiras, imprescindível para a lisura das próximas eleições.

As profundas mudanças legais possibilitadas pela revisão constitucional, cujas consequências deverão ser duradouras, contrastam com a pressa com que temas importantíssimos acabarão por ser tratados.

Mudanças constitucionais deveriam ser o resultado de um amplo e sóbrio debate. As eleições que se aproximam são o momento privilegiado para a discussão pública destas questões. A Constituição revista por um Congresso eleito a partir de tal debate terá mais condições políticas de receber o respeito e a adesão populares, condição imprescindível para que a Constituição cumpra seu papel de instrumento primeiro de promoção da justiça social e de consolidação da democracia.

Por estas razões a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas vem juntar-se às ponderadas vozes que defendem o adiamento da revisão constitucional para o próximo Congresso.

DIRETORIA DA ADUNICAMP
MARÇO / 1994